

[View this email in your browser](#)



CÁTEDRA ITINERANTE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

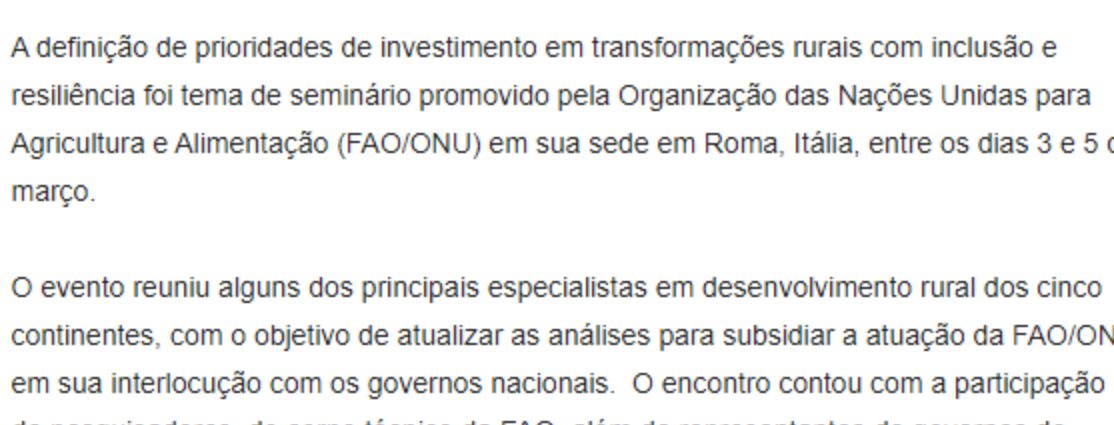
Newsletter Março/2023

Você está recebendo a terceira edição da Newsletter Cátedra Itinerante "Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano". Aqui você encontrará notícias e informações sobre políticas e experiências de inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano e sobre as ações dos parceiros e apoiadores da Cátedra.

NESTA PUBLICAÇÃO

- Você ficará por dentro da **participação do coordenador da Cátedra, Arilson Favareto**, nos debates sobre prioridades de investimentos em transformações rurais com inclusão e resiliência, em **evento promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU)**.
- Destacamos também a realização da **Consulta para a América Latina e o Caribe**, que discutiu os caminhos e **desafios para a promoção do comércio agrícola sustentável** na região. A consulta foi realizada no âmbito do projeto internacional Trade, Development and Environment Hub (**TradeHub**) e teve apoio do **Cebrap Sustentabilidade**.
- Apresentamos a **entrevista com Lilian Rahal, secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** que fala sobre as estratégias aos desafios do novo governo para a promoção da inclusão produtiva.

FAO: consulta especializada debate investimento em transformações rurais com inclusão social



Coordenador do Cebrap Sustentabilidade, Arilson Favareto, que compôs delegação brasileira, participou de mesa que discutiu formas de acesso à terra e a recursos naturais

A definição de prioridades de investimento em transformações rurais com inclusão e resiliência foi tema de seminário promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) em sua sede em Roma, Itália, entre os dias 3 e 5 de março.

O evento reuniu alguns dos principais especialistas em desenvolvimento rural dos cinco continentes, com o objetivo de atualizar as análises para subsidiar a atuação da FAO/ONU em sua interlocução com os governos nacionais. O encontro contou com a participação de pesquisadores, do corpo técnico da FAO, além de representantes de governos de países de diversas regiões.

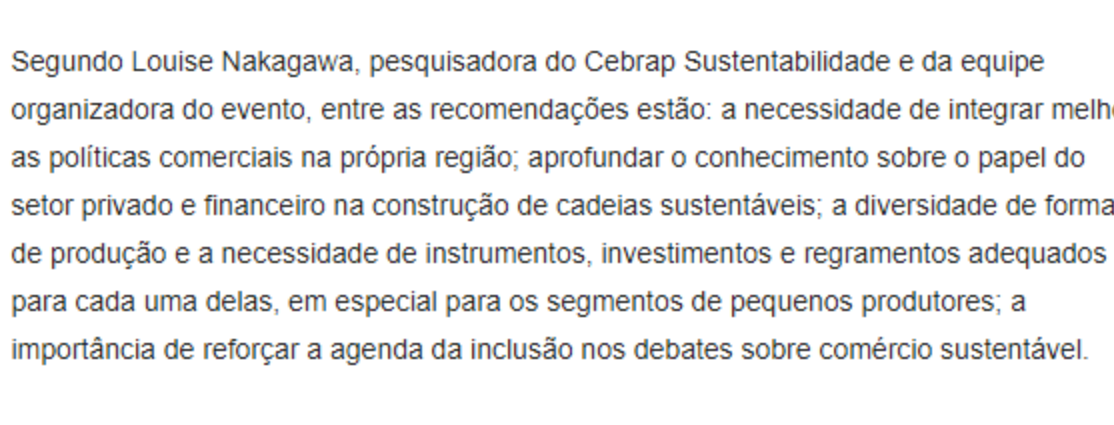
O sociólogo Arilson Favareto, coordenador do Cebrap Sustentabilidade e do projeto da Cátedra, foi um dos convidados do evento. Ele participou da mesa que discutiu as formas de acesso à terra e aos recursos naturais. Na consulta especializada, o pesquisador ressaltou que, no caso brasileiro, esse acesso precisa ser combinado com fatores como acesso a mercados, disponibilidade de infraestrutura e relações com cidades para gerar processos de desenvolvimento marcados por resiliência e inclusão.

Ele também destacou a necessidade de que esse tema seja tratado em múltiplas escalas, desde projetos localizados em base territorial, com forte aderência a mercados e modos de vida locais, até o plano nacional, com novas formas de regulação e sistemas de incentivos adequados a um outro estilo de desenvolvimento.

Do Brasil também participaram, Arnoldo de Campos, ex-Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Luiz Carlos Beduschi, da FAO/América Latina.

Saiba mais sobre o evento [aqui](#)

Cebrap sedia Consulta para a América Latina e o Caribe: Comércio responsável por uma agricultura sustentável



A importância de aprofundar o conhecimento sobre as cadeias produtivas sustentáveis, estabelecer espaços de diálogos multilaterais e promover caminhos para a transformação dos sistemas produtivos estiveram entre os temas abordados na Consulta para a América Latina e o Caribe. Comércio responsável por uma agricultura sustentável. O evento ocorreu nos dias 27 e 28 de março, na sede do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo.

A consulta foi realizada em formato híbrido - presencial e online - a partir da colaboração entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Centro Internacional de Comércio, e reuniu diversos atores para discutir prioridades, desafios e oportunidades, além de identificar e fornecer recomendações para soluções viáveis para avançar em direção a um sistema comercial sustentável, justo e inclusivo.

O presidente do Cebrap, Marcos Nobre, pontuou o papel do Cebrap nessas discussões, chamando a atenção para importância da criação do Núcleo Cebrap Sustentabilidade e o papel da instituição na formulação de formas de intervenção no campo das políticas públicas e no fortalecimento dos processos democráticos, onde o debate sobre o comércio sustentável é central nos dias de hoje.

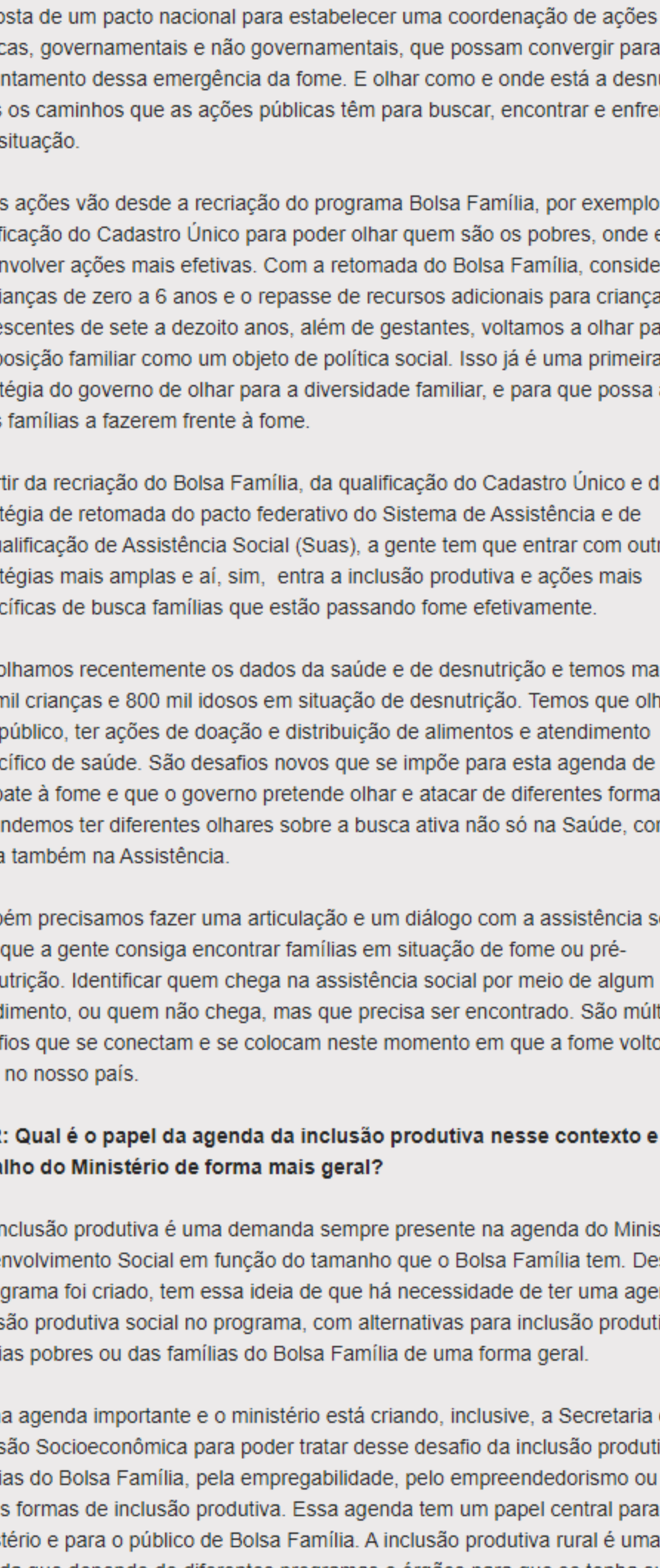
A consulta também contou com grupos de trabalho, presenciais e online, onde os participantes fizeram sugestões e recomendações que servirão como subsídios para a construção de um roadmap para orientar as ações futuras de diferentes atores para construção de um comércio agrícola mais sustentável na região.

Segundo Louise Nakagawa, pesquisadora do Cebrap Sustentabilidade e da equipe organizadora do evento, entre as recomendações estão: a necessidade de integrar melhor as políticas comerciais na própria região; aprofundar o conhecimento sobre o papel do setor privado e financeiro na construção de cadeias sustentáveis; a diversidade de formas de produção e a necessidade de instrumentos, investimentos e regimentos adequados para cada uma delas, em especial para os segmentos de pequenos produtores; a importância de reforçar a agenda da inclusão nos debates sobre comércio sustentável.

Aprimorar os mecanismos de rastreabilidade, investir na educação para melhorar o consumo, reforçar a representação nas arenas multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e promover políticas públicas para fortalecer e impulsionar o cooperativismo e o associativismo também estão entre as sugestões apontadas pelos participantes da consulta.

Saiba mais sobre o evento [aqui](#)

ENTREVISTA



Lilian Rahal, secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, fala sobre os desafios do novo governo na área de Segurança Alimentar e Nutricional

O combate à fome é um dos principais desafios do novo governo. Ações emergenciais, reconstrução da governança, formulação de Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estão entre as estratégias para se avançar nesse sentido. Nesta entrevista, a secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal, destaca também que o momento é de olhar para acesso e consumo de alimentos pensando em políticas mais efetivas de segurança alimentar no ambiente urbano, que possam conectar produção de alimentos com a inclusão produtiva rural. Boa leitura!

CIPR: Na primeira reunião da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) no final de fevereiro, o governo reformou que tem trabalhado com a meta de tirar o Brasil do Mapa da Fome, reconhecendo que essa meta exige atuar em diversas frentes. Nesse sentido, o governo está trabalhando no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Você poderia explicar qual é o objetivo geral com a criação desse plano e quais são os principais eixos de atuação? Além da urgência da questão do combate à fome, quais temas novos devem ser incorporados nessas discussões?

LR: A primeira coisa que a gente tem que considerar é que garantir a segurança alimentar e nutricional exige um esforço de coordenação intersetorial bastante efetivo. É uma agenda por si só bastante conectada desde a produção, o abastecimento, o acesso e o consumo dos alimentos. Então, dentro desses diferentes campos nós temos que olhar para um rol de políticas: de produção, de abastecimento, de acesso e das formas de consumo.

O Governo ainda não está trabalhando no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, isso vai ser desenvolvido a partir da realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que deve acontecer no final deste ano, e a partir das diretrizes indicadas na conferência. O governo está reconstruindo a governança da segurança alimentar que envolve a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Já realizada, a Caisan, e o próprio Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), por meio do qual se faz a coordenação federativa.

Apesar de, neste momento, não ter nenhum plano sendo construído, há a urgência do combate à fome e para isso o governo está desenvolvendo uma estratégia, uma proposta de um pacto nacional para estabelecer uma coordenação de ações públicas, governamentais e não governamentais, que possam convergir para o enfrentamento dessa emergência da fome. E olhar como e onde está a desnutrição, quais os caminhos que as ações públicas têm para buscar, encontrar e enfrentar esta situação.

Essas ações vão desde a recriação do programa Bolsa Família, por exemplo, à qualificação do Cadastro Único para poder olhar quem são os pobres, onde estão e desenvolver ações mais efetivas. Com a retomada do Bolsa Família, considerando as crianças de zero a 6 anos e o repasse de recursos adicionais para crianças e adolescentes de sete a dezoito anos, além de gestantes, voltamos a olhar para essa composição familiar como um objeto de política social. Isso já é uma primeira estratégia do governo de olhar para a diversidade alimentar, e para que possa ajudar estas famílias a fazerem frente à fome.

A partir da recriação do pacto nacional, da qualificação do Cadastro Único e de uma estratégia de retomada do plano federativo do Sistema de Assistência e de Requalificação de Assistência Social (Suas), a gente tem que entrar com outras estratégias mais amplas e aí, sim, entra a inclusão produtiva e ações mais específicas de busca famílias que estão passando fome efetivamente.

Nós olhamos recentemente os dados da saúde e de desnutrição e temos mais de 200 mil crianças e 800 mil idosos em situação de desnutrição. Temos que olhar para este público, ter ações de doação e distribuição de alimentos e atendimento específico de saúde. São desafios novos que se impõe para esta agenda de combate à fome e que o governo pretende usar e atacar de diferentes formas. Nós pretendemos ter diferentes olhares sobre a busca ativa não só na Saúde, como, agora também na Assistência.

Também precisamos fazer uma articulação e um diálogo com a assistência social para que a gente consiga encontrar famílias em situação de fome ou pré-desnutrição, ou quem não chega na assistência social por meio de algum atendimento, ou quem não chega, mas que precisa ser encontrado. São múltiplos os desafios que se conectam e se colocam neste momento em que a fome voltou com força no nosso país.

CIPR: Qual é o papel da agenda da inclusão produtiva nesse contexto e no trabalho do Ministério de forma mais geral?

LR: Inclusão produtiva é uma demanda sempre presente na agenda do Ministério do Desenvolvimento Social em função do tamanho que o Bolsa Família tem. Desde que o programa foi criado, tem essa ideia de que há necessidade de ter uma agenda de inclusão produtiva social no programa, com alternativas para inclusão produtiva das famílias pobres ou das famílias do Bolsa Família de uma forma geral.

É uma agenda importante e o ministério está criando, inclusive, a Secretaria de Inclusão Socioeconômica para poder tratar desse desafio da inclusão produtiva de famílias do Bolsa Família, pela empregabilidade, pelo empreendedorismo ou por outras formas de inclusão produtiva. Essa agenda tem um papel central para o ministério e para o público de Bolsa Família. A inclusão produtiva rural é uma agenda que depende de diferentes programas e órgãos para que se tenha sucesso.

O primeiro desafio é conseguir olhar para a diversidade cultural brasileira nas diferentes regiões e para os dados, que é algo que a Cátedra já tem feito. Observar o que temos no censo, no Cadastro Único e no Bolsa Família, olhar pra previdência rural, para o crédito, para o Programa de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros programas. Se olharmos o mosaico de dados e registros administrativos e alguns dados de programas, conseguimos partir para uma qualificação das políticas e das nossas ações.

Conectar todos esses dados pode ser algo bastante importante, que se coloca como desafio de inclusão produtiva, como desafio de programas sociais no meio rural de uma forma mais ampla. Onde e como é que a gente vai trabalhar com quem é morador rural e que não necessariamente vai ser objeto de ações de inclusão produtiva no primeiro momento? Onde trabalhar com ações de inclusão produtiva mais voltadas para produção ou para o rural não-agrícola?

Precisamos ter um refinamento das diferenças dos registros administrativos, da base de dados que nos permitam olhar pra essa diversidade e conseguir coordenar as diferentes estratégias de inclusão produtiva, olhar diferentes programas que podem ser atores de processos de inclusão e que se encontram dispersos nos diferentes órgãos do Governo Federal e na sociedade civil, na iniciativa privada. Nesse sentido, é importante o papel do governo em conseguir organizar e coordenar este mosaico de informações de dados, de possibilidades e de fazer com que isso chegue de uma forma mais organizada nos diferentes territórios.

CIPR: Com o atual governo está havendo um movimento de reconstrução de algumas estruturas institucionais e ministérios que por um tempo orientaram políticas e ações de combate à pobreza, mas que foram desmontadas ao longo dos últimos anos. No seu entendimento, o que precisa ser reconstruído e onde é necessário inovar no campo da inclusão produtiva para que se alcance melhores resultados?

LR: Nós precisamos primeiro trazer e expor esta ideia de inclusão produtiva dentro do governo. Construir um consenso de que esse é um objetivo de governo e como ele pode ser coordenado. A possibilidade de ter olhares específicos para a agricultura familiar e para a pobreza rural é um ativo interessante e importante. Essa própria reconstrução do Ministério do Desenvolvimento Agrário aponta que é um sinal de que o governo se importa e que pode fazer dessa uma agenda importante.

Há políticas que precisam ser reconstruídas e fortalecidas, como a assistência técnica, que ficou completamente desmontada. A própria coordenação e o olhar mais cuidadoso e mais organizado para as políticas de compras públicas também é importante, pelo papel que têm na indução da produção de alimentos e no processo de inclusão produtiva. E a principal inovação pode ser dar a partir de um olhar da Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente urbano de uma forma geral. Esses últimos anos nos mostraram que nós precisamos ter um olhar sobre a forma como as pessoas acessam os alimentos e como os consomem.

Penso que esse é o momento de olhar acesso e consumo e ter políticas mais efetivas de segurança alimentar no ambiente urbano, que possam conectar com a produção de alimentos e com inclusão produtiva rural. E ainda orientar a inclusão produtiva pelo acesso e o consumo dos alimentos e por uma agenda de segurança alimentar no que envolve equipamentos públicos de alimentação e educação alimentar, nutricional para novas formas de produção e consumo de alimentos mais voltado para dar segurança alimentar e nutricional no ambiente urbano. Esses anos de pandemia nos mostraram como é possível inovar formas de oferta de alimentos e de consumo dos alimentos.

Essa agenda, puxada pela segurança alimentar no ambiente urbano, pode ser importante para inclusão produtiva e há programas e projetos que têm mais foco nisso. Por exemplo, toda esta agenda de criação de cozinha solidária, de doação de cestas de alimento, de reforço dos bancos de alimentos, são todas ações que de alguma forma olham para a produção de alimentos, para a agricultura familiar e para a produção de alimentos saudáveis para a agricultura familiar e para novas formas de acesso e consumo dos alimentos. Temos que ver como conectamos esta agenda de abastecimento às oportunidades de inclusão produtiva rural.

Claro que uma parte de inovação também pode vir da conectividade e desse novo mundo. A tecnologia da informação nos traz possibilidades de caminhos e aplicativos e novas formas de comunicação. Isso proporciona programas e chegamos nas populações do campo com informação, formação e conectividade para que a produção de alimentos conecte quem consome e quem produz. Se trata de uma via de mão dupla, tanto para poder se comunicar com as pessoas sobre os programas públicos ou sobre informação, como até mesmo para monitorar programas e ainda ter esta conectividade ou esta possibilidade de criar canais mais efetivos de abastecimento, compra e distribuição de alimentos de uma forma geral.

CIPR: Vários programas de políticas públicas que foram importantes para a inclusão produtiva, como o Programa de Aquisição Alimentar, o Programa Nacional de Redução Alimentar Escolar (Pnae) e o Programa de Cisternas, tiveram expressiva redução orçamentária nos anos recentes. Ao que tudo indica o orçamento para essas políticas continuará menores, sobretudo, se compararmos com o período onde elas apresentaram seus melhores resultados. Tendo em vista esse cenário, quais os caminhos para superar essas restrições? Como as organizações da sociedade civil e do setor privado podem auxiliar nesse contexto?

LR: O Governo Federal tende a assumir cada vez mais um papel de coordenação, não sendo o único agente implementador no papel de fomento e coordenação de diferentes atores que possam contribuir para a inclusão produtiva. Os programas de compras públicas talvez sejam o principal exemplo disso. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 e foi uma grande escola, pois tivemos diversos programas e estratégias de compras públicas da agricultura familiar.

O PAA possibilitou ao Governo Federal ter esse olhar de que é possível comprar da agricultura familiar e ter uma estratégia de abastecimento das compras públicas por meio desse segmento. Precisamos criar uma inteligência e uma coordenação de ações para poder aproveitar oportunidades desse instrumento. Então, se trata de encontrar os caminhos e as estratégias que permitam a utilização de recursos de uma forma mais coordenada e organizada. Eu acho que esse modelo das compras, mostra bem isso. E também a forma como a partir das compras a gente consegue fomentar a criação e a estruturação de organizações da agricultura familiar um pouco mais sólidas.

Conheci uma cooperativa do Vale do Ribeira de São Paulo, que começou vendendo para o PAA, depois entrou no PNAE. Era uma cooperativa singular, que se juntou com outras cooperativas e criou uma cooperativa central, mas que agora agrega oito cooperativas, dentre elas três cooperativas de quilombolas do Vale do Ribeira. Eles começaram a entrar no mercado institucional do PNAE na região da grande São Paulo e viram a necessidade de ter uma estrutura de abastecimento ou uma estrutura de logística que desse amparo para eles poderem ter um empreito, que os possibilitasse chegar e entregar de forma mais organizada. Criaram uma cooperativa de logística, que aluga um galpão e um barracão, que servem para armazenar os alimentos e fazer a coordenação de entrega. Tem caminhões, motoristas contratados, ou seja, as compras públicas possibilitaram um processo de aprendizado para essa cooperativa. A gente tem que aproveitar os programas públicos como uma alavanca para que a gente possa, de fato, coordenar ações mais amplas, inclusive, com os mercados privados e com as organizações da sociedade civil. Isso vale tanto para os programas de compras públicas, quanto para programas como o de cisternas, por exemplo.

Esses programas estão fazendo vinte anos. Olhar para esse período, significa ter que olhar para as mudanças climáticas e olhar as sistemas como uma estratégia de combate à desertificação e resiliência às mudanças climáticas. Então, é necessário conectar estes novos olhares ou este diálogo com a nossa realidade para poder aproveitar o potencial desses programas.

O programa de cisternas é um dos maiores programas de promoção da resiliência frente às mudanças climáticas, quase 1 milhão de famílias receberam cisternas, das quais mais de 200 mil famílias já receberam tecnologia de captação de água para a produção de alimentos na convivência do semiárido. Esse programa nos ensinou, ainda, que a oferta de água de qualidade não é só um problema do semiárido, mas também da Amazônia, onde uma parte das populações rurais não têm água limpa para beber. Então, nós desenvolvemos estratégias de captação e tratamento de água e saneamento na Amazônia, a partir do programa cisternas e que nos mostram um enorme potencial.

Tem caminhos que a gente precisa aprender ainda a divulgar e trabalhar de uma forma mais coordenada com as organizações da sociedade civil, que atuam na área ambiental, e que atuam na área de mudanças climáticas. A agricultura familiar tem um papel importante e o governo tem este outro papel importante que é coordenar ações para dialogar com esta nova realidade climática que se impõe. Quais tipos de produção, distribuição, oferta e consumo de alimentos o governo vai fomentar por meio de suas políticas. E considerando a restrição orçamentária para onde vai o direcionamento do orçamento de forma a garantir uma segurança alimentar ou sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis dentro desta estratégia de segurança alimentar.